

Formação de educadores em contexto de mudanças: políticas educacionais, teorias e práticas

Irene Jeanete Lemos Gilberto¹

A formação surge no vocabulário político como o principal instrumento de mudança dos professores, e as ciências da educação fizeram dela um dos seus objetos de estudo prioritários (BARROSO, 2004, p. 52).

Na palestra proferida durante o Congresso Estadual Paulista¹ em 2003, o professor Barroso propôs uma reflexão entre “as mudanças na formação de professores e as mudanças que ocorrem no espaço educativo em que eles exercem a sua atividade profissional [...]” (BARROSO, 2004, p. 52), sinalizando que as condições nas quais o professor exerce seu trabalho são afetadas por um modelo de regulação burocrático-funcional.

Quase duas décadas após a referida conferência, questões centradas na formação de professores, inicial ou continuada, ainda estão bem presentes nos debates educacionais, envolvendo as políticas de formação, a escola e a comunidade. A produção científica na área da Educação vem, assim, trazendo novas luzes sobre os cenários de formação e os impactos das políticas educacionais no contexto de diversidade que vivenciamos. As

¹ Doutora em Letras (USP-SP). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, Universidade Católica de Santos. E-mail: irene.gilberto @unisantos.br

demandas atuais do mundo contemporâneo, por sua vez, têm exigido dos educadores significativas alterações em relação ao fazer docente, no contraponto de um discurso pedagógico que perspectiva uma formação crítica, reflexiva e emancipatória. Muitas são as contradições que permeiam o trabalho dos educadores na sua prática cotidiana, desencadeando conflitos que se fazem presentes em formações fragmentadas e descontinuadas.

As pesquisas sobre formação de professores têm revelado essas tensões e os desafios que os educadores enfrentam no desenvolvimento de propostas e projetos que promovam a formação crítica dos estudantes e que efetivem mudanças das práticas, na perspectiva de uma 'pedagogia do esclarecimento' que também favoreça o reconhecimento dos professores como agentes de problematização e incentivadores do diálogo com o outro.

Este número da Revista Eletrônica *Pesquiseduca*, que traz como temática *Formação de educadores em contexto de mudanças: políticas educacionais, teorias e práticas*, socializa a produção de artigos que discutem a complexidade da formação e o papel social e político dos educadores no contexto de instituições escolares brasileiras. Destaca-se, nesse conjunto da produção acadêmica, a formação do profissional no contexto escolar e a gestão da escola fundada no projeto coletivo e no diálogo entre todos os educadores, atuem eles na educação infantil, na educação básica, no ensino superior ou na pós-graduação.

Abrindo este número da Revista Eletrônica *Pesquiseduca*, uma questão fundante se apresenta: como a ética pode contribuir para os processos de formação, debate nem sempre presente nas instituições escolares sobre os valores nos processos formativos. O artigo, *Filosofia da educação e desenvolvimento da pessoa humana por meio da construção de conceitos éticos*, de Filomena Maria Rates (Universidade Iguazu- RJ) e Maria Judith Sucupira Costa Lins (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), trata da formação moral e ética na perspectiva da transformação da pessoa por meio das virtudes. Fundamentado em conceitos de filósofos, entre os quais Aristóteles, Maritain e Mounier, o artigo aborda o conceito de pessoa na perspectiva da construção dos valores éticos na formação humana. Apoiadas na hermenêutica de Ricoeur, as autoras buscam identificar até que ponto a educação por meio das virtudes transforma a pessoa e por que razões é necessário compreender o conceito de pessoa. Tomam como pressuposto que as questões filosóficas possibilitam compreender a natureza da educação, vista como a capacidade de ensinar e aprender, e cujo fundamento é a formação ética e moral da pessoa. Nesse sentido, atentam para a importância da formação centrada em valores na perspectiva da formação do sujeito ético por meio da

educação das virtudes, considerando que a prevalência da inversão de valores em nossos tempos pode levar à desordem moral na sociedade.

O revisitar do conceito pedagógico de competência, artigo de William de Macêdo Virgínio (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte) e Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas (Universidade de Brasília- DF) propõe uma análise crítica do conceito pedagógico de competência, fundamentada em estudos de pesquisadores sobre o referido conceito. Tomam como centro do questionamento sobre o conceito de competência, a proposta habermasiana de competência comunicativa, considerada pelos autores como uma abordagem que vai além da racionalidade instrumental, posto tratar-se de um trabalho pedagógico crítico-hermenêutico que possibilita a validade do saber por meio do uso explicitado pelo professor enquanto ator racional. Concluem que a competência comunicativa na perspectiva habermasiana, dada sua amplitude e especificidade que engloba saberes e práticas, potencializa a criação de vínculos sociais, constituindo-se uma construção social compartilhada intersubjetivamente. Consideram, assim, que o conceito discursivo de competência possibilita aproximar a prática docente da racionalidade comunicativa, contribuindo para uma prática de formação crítica.

A pesquisa e a produção dos saberes pedagógicos no Ensino Superior: o que nos revelam as narrativas docentes?, artigo de Maria de Lourdes Tavares Magalhães e Bernadete de Souza Porto, da Universidade Federal do Ceará - CE, tem como temática a pedagogia universitária, abordando o papel da pesquisa e a produção dos saberes pedagógicos de professores. Consideram que a formação pedagógica do professor universitário deve se fazer presente nas instituições de ensino superior, propiciando ao docente refletir crítica e cientificamente sobre o ensinar e o aprender. A partir de conceitos sobre pesquisa e saberes pedagógicos, as autoras defendem a formação do professor como intelectual e crítico e, nesse sentido, reiteram a importância da pesquisa na produção dos saberes pedagógicos como uma nova via para a formação de professores na perspectiva da autonomia. Concluem que as reflexões oriundas das narrativas das professoras participantes da pesquisa caminham na direção do confronto entre as teorias estudadas e as práticas pedagógicas vivenciadas pelos professores em sala de aula, considerando que é a partir desse confronto que os saberes pedagógicos podem ser produzidos.

Grupos de Pesquisa: espaços para internacionalização da Educação Superior, artigo de Egeslaine de Nez e Esthefany Alves de Lima, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), propõe um debate sobre a internacionalização na educação superior, na perspectiva da criação de redes de investigação e do desenvolvimento de projetos de pesquisa em colaboração com outras instituições de ensino superior. Discorre sobre a mobilidade docente e discente nos processos formativos, aliada à diversidade cultural e à interculturalidade que essa ação propicia, analisando o perfil dos grupos e redes de pesquisa em relação à origem, identidade e configuração das áreas do conhecimento na instituição pesquisada. Em suas considerações, as autoras concluem que a participação em grupos e redes de pesquisa possibilita gerar um acréscimo na qualidade das investigações realizadas, além de intensificar a experiência formativa dos pesquisadores seniores e da nova geração em projetos tanto individuais quanto coletivos. Nesse aspecto, defendem que a parceria institucional contribui para a consolidação dos grupos de pesquisa. Consideram, assim, que a criação de novas parcerias institucionais favorece a integração entre pesquisadores nacionais e internacionais e contribui para novas práticas de pesquisa. Nesse sentido, a cooperação internacional representa um instrumento de reciprocidade na constituição de redes colaborativas que poderão fortalecer a produção e socialização do conhecimento, abrindo novos espaços para a internacionalização da educação superior.

O artigo *Pesquisa em Educação por meio da pesquisa-ação*, de Andressa Lima da Silva, Juliana Cândido Matias e Josemir Almeida Barros, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR - RO), traz uma análise das especificidades metodológicas da pesquisa-ação, com base no diálogo com pesquisadores que se debruçaram sobre essa metodologia. Tomando como foco do debate a relação do pesquisador com o seu outro na perspectiva da alteridade, dialogicidade e escuta sensível, os autores destacam as principais características da pesquisa-ação aplicadas à educação e os fatores que podem contribuir na investigação com a pesquisa-ação. Ao trazer para o debate o conceito de pesquisa-ação de Thiollent e de Barbier, entre outros, reiteram a dimensão formativa da referida metodologia, em face de suas características que propiciam a transformação da prática dos envolvidos na pesquisa, o que envolve ações coletivas e interação entre pesquisadores e participantes, considerados protagonistas do processo investigativo. Em suas conclusões, reiteram a importância da pesquisa-ação como uma participação efetiva dos participantes no processo de produção do

conhecimento, considerado fundamentalmente como um processo de produção coletiva que leva em conta não apenas os interesses científicos e acadêmicos do pesquisador, mas também os interesses dos sujeitos envolvidos, na sua dimensão política, econômica e social.

Ações estaduais para a educação profissional pública na Bahia – Império e República, artigo de Lilian Alves Moura de Jesus e Maria de Fátima Luz Santos, do Instituto Federal da Bahia (BA), traz um panorama histórico sobre as políticas públicas para a educação profissional no estado da Bahia no período imperial e republicano (1834 e 2019), abordando a historiografia da educação baiana durante o referido período por meio da análise de documentos. Tem como foco a formação profissional, com vista à análise do discurso oficial vigente nos documentos públicos educacionais. No percurso histórico sobre a educação profissionalizante, as autoras explicitam os processos de formação no ensino técnico e as mudanças que ocorreram ao longo do tempo e que marcaram as especificidades do ensino profissionalizante no estado da Bahia. Consideram que a compreensão do processo histórico que envolve as políticas públicas do Estado e as tendências e princípios que nortearam as diretrizes do ensino profissionalizante ao longo das décadas podem contribuir para o conhecimento do passado, abrindo a compreensão para questões do presente e para o delineamento de políticas educacionais futuras.

Na perspectiva do acolhimento e da inclusão de professoras da educação infantil durante o isolamento social, o artigo *Grupo de acolhimento com professoras: desafios frente ao ensino remoto emergência*, de Antonio Carlos Barbosa da Silva e Bruna Bortolozzi Maia, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Câmpus de Assis (SP), traz a temática da educação e trabalho. Os autores discorrem sobre o processo de escuta de professores que participaram do grupo de acolhimento durante o período de ensino remoto emergencial, cujo objetivo esteve voltado à escuta das demandas da população atendida. Partindo do pressuposto de que a educação está a serviço da emancipação e autonomia, os autores apontam aspectos positivos decorrentes desta formação, que possibilitou aos sujeitos refletir sobre o momento de isolamento social e as possibilidades de desenvolver ações críticas frente à formação por meio do ensino remoto, em vista das dificuldades enfrentadas durante a jornada de trabalho advindas dessa modalidade de ensino. Finalizam o artigo, sinalizando a importância do processo formativo para as professoras participantes, no que tange ao

resgate da dignidade do trabalho em momentos em se viram isoladas e sem o retorno positivo de seu trabalho. Consideram, assim, que a pandemia potencializou o debate sobre o trabalho do professor da educação infantil e, nesse sentido, o grupo de acolhimento foi significativo para o conhecimento da realidade das professoras participantes do processo formativo nesse novo contexto.

A Base Nacional Comum Curricular e a educação étnico-racial na promoção de uma educação antirracista, artigo de Assis Leão da Silva e Clesivaldo da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (PE), propõe o debate sobre as relações étnico-raciais no documento Base Nacional Comum Curricular, com vista à análise do discurso das políticas educacionais na perspectiva de uma educação antirracista. Partindo do estudo da legislação, os autores discutem as políticas educacionais no Brasil centradas nas relações étnico-raciais, especificamente aquelas voltadas ao currículo, apontando descontinuidades na sua implementação. Nesse sentido, consideram que a proposta dessa questão na Base Nacional Comum Curricular não está articulada à oferta de uma educação antirracista, porém apenas reforça discussões presentes nos currículos da Educação Básica que acentuam os interesses mercadológicos dos grandes grupos empresariais. Concluem que o discurso de erradicação das diferenças sociais por meio da reforma curricular configura-se como um discurso falacioso que reitera as diferenças entre as classes sociais marginalizadas.

Bullying: Legislação brasileira e o impacto social do fenômeno no contexto escolar, artigo de Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega, Felipe Freitas de Araújo Alves, Ana Patrícia Ribeiro Approbato e Angela Carolina Soncin, da Universidade de Ribeirão Preto (SP), aborda o impacto da ocorrência do *bullying* no ambiente escolar, com base no pressuposto de que se trata de um fenômeno multidisciplinar e social que, embora não seja novo, está presente nas instituições escolares e necessita de ações no coletivo. Consideram que, pelo fato de o *bullying* estar arraigado na sociedade, ainda são tímidos os projetos que tratam desse tipo de violência e que envolvem a comunidade escolar e as famílias. Concluem pela importância da participação efetiva das escolas no diálogo com as famílias e com os estudantes para que se possa identificar, prevenir e reprimir o *bullying*.

A inclusão de estudantes indígenas portadores de deficiência é tema do artigo *Práticas de letramento na sala multifuncional da Escola Estadual Indígena Tekator, Aldeia Mariazinha, Tocantinópolis (TO)*, de Gustavo Cunha de Araujo e Gracilene dos Santos, da Universidade Federal de Tocantins (TO). O estudo, de cunho etnográfico, trata da educação inclusiva de estudantes indígenas de uma escola localizada no município de Tocantins, trazendo resultados da investigação realizada com 22 alunos indígenas deficientes durante as aulas de Arte na Sala Multifuncional da Escola Tekator. A pesquisa, que integra o projeto desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis, teve por objetivo analisar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem do estudante indígena, portador de deficiência, com vistas a dar ênfase ao contexto social e cultural do educando. O estudo buscou identificar a relevância do papel docente no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes por meio da arte. Em suas conclusões os autores constataram o potencial de aprendizagem das educandas indígenas participantes que, embora tenham apresentado dificuldades de aprendizagem em decorrência das limitações impostas por suas deficiências, puderam compreender aspectos do letramento, trazendo para o debate reflexões sobre o contexto social dos indígenas.

A formação contínua em escola de tempo integral: narrativas e possibilidades para a prática docente, artigo de Gabriela Nunes de Menezes e Kalline Pereira Aroeira, da Universidade Federal do Espírito Santo (ES), traz reflexões sobre resultados da pesquisa realizada com professores que atuam no ensino fundamental de uma escola de tempo integral. Toma como pressuposto que a formação contínua é um processo que inclui uma rede de relações que permeiam e envolvem os docentes com o conhecimento no mundo do trabalho. Para tal, as autoras fundamentam a análise na perspectiva de uma efetiva formação continuada na educação integral, com base em pesquisa bibliográfica. As autoras consideram que a formação no âmbito do processo de desenvolvimento profissional dos professores constitui o entendimento da formação contínua como algo dinâmico que vai além dos componentes técnicos e operativos normalmente impostos aos professores pelas autoridades competentes. Consideram que o processo de formação inclui a dimensão coletiva do trabalho docente e a análise das situações reais que os profissionais enfrentam em suas práticas cotidianas. Nesse sentido, propõem a ampliação do conceito de reflexão coletiva e contínua como forma de contribuir para

os processos formativos que envolvem a comunidade, a escola e a formação de professores. Concluem o artigo, ressaltando a necessidade de se valorizar a participação ativa dos professores, reconhecendo-os como agentes de problematização, tanto no diálogo e no campo teórico, como nas suas demandas da prática docente.

A aplicação dos princípios da Bioética no Ensino Superior, artigo de Rodrigo Monteiro de Oliveira, Tatiana Peres Santana Porto e Ruhena Kelber Abrão Ferreira, pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins (UFT-TO), propõe um estudo sobre os princípios da bioética no contexto da educação no Ensino Superior, centrado na relação docente-discente, com vista a fortalecer o processo de construção do conhecimento na formação de profissionais. Considerando que os princípios da bioética, para além de conteúdo a ser ministrado, pode ter sua aplicação prática na docência, os autores discorrem sobre a experiência realizada com estudantes de pós-graduação, tomando como fundamento autores que se debruçaram sobre o tema. Concluem que, embora a aplicação destes princípios não seja fácil, posto que deve envolver o docente e a equipe gestora, possibilita a criação de um cenário acadêmico mais humanizado, fomentando a autonomia e o protagonismo dos estudantes. Consideram, assim, que se faz necessário substituir modelos hegemônicos, ainda presentes nas Instituições de Ensino Superior e nos quais prevalece a formação de mão de obra para o mercado, por uma formação que se pautar pelo desenvolvimento da cidadania e o protagonismo acadêmico, profissional, social e pessoal dos estudantes.

Formação de professores e tecnologia: uma experiência entre professores iniciantes e professores experientes, artigo de Danieli Dias da Silva e Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (Pelotas-RS), traz a temática da inclusão digital na formação de professores, analisando dados da pesquisa realizada com professores iniciantes e professores experientes, na perspectiva do movimento colaborativo entre os sujeitos nos processos formativos. Considerando a função das tecnologias no fazer docente e as possibilidades de novas relações pedagógicas que oferecem para melhor compreensão do objeto do conhecimento, as autoras defendem que a inclusão digital dos professores exige novas posturas por parte dos docentes e abertura ao diálogo colaborativo. Conclui o artigo, destacando a necessidade de se criar espaços de socialização e condições de formação nas escolas, de modo a

propiciar aos professores experiências vivenciadas a partir da formação inicial e continuada.

Uma análise das percepções de diretoras de creche sobre as melhorias da qualidade do berçário, artigo de Luciene Ferreira e Paulo Sérgio Garcia (Universidade Municipal de São Caetano do Sul- SP), trata da educação infantil, com base nas percepções de um grupo de diretoras de creches sobre a melhoria da qualidade do berçário. Os autores defendem que a melhoria da qualidade do berçário está atrelada a um conjunto de fatores, entre os quais a infraestrutura escolar, a formação de professores e de gestores, além do trabalho de mediação dos educadores envolvidos no que tange às relações interpessoais entre a família e a escola, incluindo ações do poder público. Consideram que a melhoria da infraestrutura pode favorecer as crianças menos favorecidas e contribuir para diminuir as desigualdades sociais, em vista da possibilidade de acesso e oportunidades para utilizar bens culturais que não estão presentes em suas casas. Destacam a importância da formação dos profissionais que atuam no setor, em vista dos necessários conhecimentos em relação às fases do desenvolvimento da criança, da cultura da infância e gerenciamento do berçário que exige formação específica em face de suas particularidades.

O artigo *Políticas de Ação Afirmativa no contexto escolar: percepções dos estudantes de uma escola pública de Mato Grosso*, de Domênico dos Santos Médici (SEDUC-MT), Vitoria da Silva Miranda e Marcelo Franco Leão (Instituto Federal de Mato Grosso - MT), propõe reflexões sobre políticas de ação afirmativa voltadas ao ingresso de estudantes negros na universidade, com base em resultados de pesquisa realizada com estudantes de uma escola pública mato-grossense. Partindo do pressuposto de que as políticas públicas de ação afirmativa constituem ações compensatórias voltadas à correção de uma situação de discriminação e desigualdade em que se encontram determinados grupos sociais, os autores apresentam uma análise dos dados coletados na pesquisa que investigou as percepções dos estudantes sobre políticas de ação afirmativa voltadas ao ingresso de estudantes negros na universidade. Em suas considerações, ao apontar semelhanças e diferenças nos resultados, concluem pela importância de esclarecimentos sobre essa temática nas escolas brasileiras, de modo a que se possa combater a discriminação que ainda se encontra enraizada na sociedade e romper com o paradigma do preconceito presente também na

escola, de modo a avançar nas discussões e implantação de políticas de ação afirmativa.

O uso de células-tronco embrionárias em pesquisas na opinião de estudantes universitários, relato de pesquisa de Valter Carabetta Júnior e Cintia Leci Rodrigues, da Universidade de Santo Amaro - SP, traz resultados da pesquisa realizada com estudantes universitários do último ano de graduação das áreas de Ciências Biológicas, Exatas e Humanas sobre o uso de células-tronco embrionárias nas pesquisas científicas. Partindo do pressuposto de que o debate sobre o uso de células-tronco está presente na sociedade e na mídia, em face das possibilidades terapêuticas decorrentes do desenvolvimento da engenharia genética, os autores discorrem sobre os resultados da investigação, sinalizando as dificuldades encontradas pelos universitários quanto ao posicionamento crítico sobre problemas bioéticos. Concluem que, embora a temática seja discutida nos meios sociais e divulgada pela mídia, a pesquisa revelou a ausência de consenso entre os estudantes universitários participantes da investigação sobre o uso de células-tronco. Consideram, assim, a importância de todos os setores estarem inseridos na cultura científica e no debate desta questão que diz respeito ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e que afeta diretamente toda a sociedade.

Ao divulgar esta publicação à comunidade acadêmica e científica, nossa expectativa é suscitar o debate em torno de questões candentes na perspectiva de novos avanços da pesquisa educacional.

Referências

BARROSO, João. Os professores e os novos modos de regulação da escola pública: das mudanças do contexto de trabalho às mudanças de formação. IN BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.) **Trajetórias e perspectivas de formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

NOTA:

¹ Intervenção oral proferida durante o VII Congresso Paulista sobre "Formação de Educadores: teorias e práticas, imagens e projetos", em 02 de setembro de 2003.